



Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Nº 0321862-6 - RECIFE/ PE

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

ADVOGADO: GIOVANNA DE MAIO SPINA

EMBARGADO: EXPRESSO NORDESTINO LTDA.

ADVOGADO: MARCO POLO SILVA DE CAMPOS

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

2ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE – INADMISSIBILIDADE DE REJULGAMENTO – FINALIDADE PREQUESTIONAMENTO – ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

DECISÃO: À unanimidade de votos, rejeitou-se os Embargos, nos termos do voto do Relator.

DATA DO JULGAMENTO: 21 de maio de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 0321862-6, em que é embargante SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e embargada, EXPRESSO NORDESTINO LTDA., ACORDAM os Exmos. Srs. Desembargadores, componentes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, conhecer e rejeitar os aclaratórios, nos termos do voto do Relator.

Recife, 28 de maio de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
Nº 0321862-6 - RECIFE/ PE

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

ADVOGADO: GIOVANNA DE MAIO SPINA

EMBARGADO: EXPRESSO NORDESTINO LTDA.

ADVOGADO: MARCO POLO SILVA DE CAMPOS

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

2ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

A SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS interpôs embargos de declaração insurgindo-se contra o acórdão de fs. 450, que negou provimento ao seu agravo legal, mantendo *decisum* que negou provimento ao seu agravo de instrumento, manejado contra decisão homologatória de cálculos, em execução.

Assevera ter havido omissão na apreciação dos fatos e do direito, no julgamento, pede o acolhimento dos aclaratórios, reformando-se o acórdão, com o prequestionamento da matéria ventilada, para fins de interposição de recursos extraordinários.

É o relatório.

Recife, 21 de maio de 2014.

Assunto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
Nº 0321862-6 - RECIFE/ PE**

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

ADVOGADO: GIOVANNA DE MAIO SPINA

EMBARGADO: EXPRESSO NORDESTINO LTDA.

ADVOGADO: MARCO POLO SILVA DE CAMPOS

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

2ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

O acórdão embargado é o seguinte:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO – INEXISTÊNCIA DE ERRO NA APRECIÇÃO DOS FATOS E DO DIREITO – DECISÃO TERMINATIVA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS – RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO: "Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator."

DATA DO JULGAMENTO: 16 de abril de 2014.

Busca a parte embargante o rejuízoamento da apelação cível, sob o fundamento de omissão e contradição na apreciação dos fatos e do direito, relativos ao cumprimento da instrumentalização do Agravo de Instrumento, com documentos obrigatórios, consoante disposto no artigo 254 do CPC.

Contudo, todos os fatos e fundamentos apresentados no apelo foram devidamente apreciados na sessão de julgamento do Agravo Legal, mencionando-se-lhes expressamente, não havendo que se falar em omissão desta Câmara.

645
1

Destarte, pretende a parte embargante a reavaliação dos elementos que foram considerados na formação do convencimento, tencionando rediscutir a matéria.

A estreita via dos embargos declaratórios não se presta para forcejar o rejugamento do feito. O seu escopo está em suprir eventuais eivas do julgado.

Rediscutir a matéria já apreciada, para que seja proferido novo julgamento da causa, é desvirtuar a natureza dos embargos de declaração. Tal pretensão, portanto, torna-se juridicamente impossível e autoriza a rejeição dos embargos opostos, por não atender aos ditames reguladores da espécie (STJ- Ac. unân. da 1ª T., pub. em 12.04.2007 – EDcl – REsp . 888.032-ES-Rel. Min. Teori Albino Zavascki).

Tal é a hipótese dos autos.

Com estas considerações, rejeito os embargos.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR